

O agronegócio é o seguinte

O câmbio e outros heróis

NESTE MOMENTO de tomada de decisões, seja para determinar o momento correto para venda da produção, ou ainda para fazer seguro contra a variação cambial, é fundamental saber para onde caminhará o preço da moeda americana. Por isso, abrimos esta edição afirmando que o dólar médio para 2011 já é conhecido, e será muito próximo de R\$ 1,75. As apostas podem ser feitas.

Fica também a questão se a crise mundial foi superada, ou se ainda pode voltar com força. A economia global dá sinais de alguma retomada, mas ainda em bases frágeis. Continuamos a depender muito da China e – por que não dizer? – da recuperação da economia norte-americana. Tudo indica que não teremos crise em 2011, principalmente no que diz respeito ao preço dos alimentos.

Agroanalysis aborda também a questão do financiamento agrícola, mostrando que o crédito barato é muito burocrático e exige muitas garantias. Por esse motivo, muitos produtores preferem utilizar o crédito concedido pelas *tradings*, mais caro, mas bem mais ágil.

Quanto aos biocombustíveis, destacamos a matéria que aponta para a necessidade imediata de investimentos na pesquisa por novas tecnologias de produção. Destacando que o resultado econômico virá, mas a muito longo prazo.

Como tem acompanhado com muita atenção e detalhe a evolução desses temas, **Agroanalysis**, na presente edição, trata sobre a COP sobre Biodiversidade, em especial com relação ao encontro realizado em Nagoya, no Japão, na sua décima versão, e o plano de reformulação da PAC da UE.

Com relação à 10ª COP sobre Biodiversidade, existia uma crítica velada e antiga pertinente à falta de um plano de metas sobre a redução das perdas na biodiversidade no mundo. Em 2002, houve uma tentativa de formulação de metas para 2010, mas sem uma adesão profunda e o comprometimento das nações. Como as avaliações feitas em Nagoya mostraram um resultado pífio, um novo plano de metas foi traçado para 2020. Para muitos analistas, foi a busca de uma saída honrosa para algo ainda com baixa prioridade no mundo.

A respeito do plano de reformulação da PAC para 2013, trata-se de um processo em andamento nas últimas duas décadas, em quatro grandes momentos: 1992, 1999, 2003 e 2008. Hoje, o entendimento ficou muito mais complexo,

pois envolve o consenso das 27 nações do bloco, que relutam para sustentarem as suas estruturas políticas, sociais e econômicas. Apesar de não existir manifestações explícitas, há sempre por parte das nações a preocupação sobre a temeridade de perda na identidade nacional.

A PAC busca caminhos mais liberais com menos regulamentação. O seu mercado estará mais aberto à concorrência externa para forçar a modernização e os níveis de eficiência nas cadeias produtivas do agro. Essa é uma boa notícia, embora as autoridades europeias deixem evidentes, em letras garrafais, a exigência e o cumprimento dos padrões de qualidade que são exigidos de seus agricultores. Certificações, selos e exigência de boas práticas no campo, na indústria e na distribuição estarão entre as medidas que engrossaram o feixe das políticas não tributárias.

O Brasil, na condição de um grande protagonista de escala global no agronegócio, terá de ficar em sintonia com os cenários de mudanças no exterior. Além disso, o País, entre os 17 territórios nacionais com megadiversidade da Terra, aparece em primeiro lugar com um quinto do total de espécies do planeta. A flora brasileira é a mais diversa em termos mundiais, com mais de 55 mil espécies em seus ricos biomas como a Amazônia, a Mata Atlântica e o Cerrado. Somente a sua Floresta Amazônica, com mais de 30 mil espécies vegetais, representa um quinto das florestas tropicais remanescentes no planeta.

Neste contexto, com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a legislação brasileira dá um passo certo no sentido de regular a reciclagem e disciplinar o manejo dos resíduos. Com respeito à destinação correta das embalagens de agrotóxicos, o Brasil é referência mundial, com índice de retorno de embalagens de 90%, bem superior ao de países com programas semelhantes, como Canadá, Estados Unidos e Japão, com taxas em torno de 20% a 30%.

Outra iniciativa louvável foi a instituição, em 2008, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal). Sabe-se que a presença de resíduos de agrotóxicos em produtos agrícolas é uma barreira às exportações e um problema de saúde pública. Muita atenção, portanto, cabe a esta questão, que requer medidas de educação sanitária a campo para atendimento às boas práticas agrícolas. ■